

Folha Dirigida –Suplemento do Professor – Dia 15-10-06 Eleição para reitor: um equívoco'

Maria Cristina Siqueira

"A universidade não é pública? O governo não financia a universidade? Democracia é eleger reitor? Esse negócio de eleger reitor é igual jabuticaba; só tem no Brasil. Universidade é um local comandado por doutores ou PhDs, e não por movimento estudantil ou sindicatos. A universidade hoje é meio um sindicato, meio um grêmio estudantil, meio corporação sindical. Isto não é uma universidade"

O baixo orçamento - de apenas R\$2 milhões - e sua eleição para o cargo de presidente do Conselho Nacional de Educação não lhe tiraram o bom humor. E não lhe tiraram, também, a lucidez como observador privilegiado da educação, sobretudo da educação universitária. Nesta entrevista, o professor Edson Nunes, que acumula as funções de presidente do CNE e coordenador do Observatório Universitário - entidade ligada à Universidade Candido Mendes - recebeu a FOLHA DIRIGIDA para falar dos bastidores do conselho e, também, de diversos assuntos pertinentes à educação.

Ao mesmo tempo em que classifica a eleição para reitores como uma 'invenção brasileira', ele fala das missões do CNE e de suas relações com a sociedade; da expansão do ensino superior privado; das novas diretrizes que incluíram o estudo obrigatório da Filosofia e da Sociologia no ensino médio; trata das novas diretrizes para a Pedagogia e contesta a cultura "bacharelesca" brasileira.

Nunes dá ainda sua explicação para o fato de o conselho ser bicameral. E concorda que, assim sendo, não há como observar a educação de forma menos compartimentalizada e mais global. À pergunta sobre esta questão específica, ele responsabiliza a Lei nº 9.131, que recria o conselho dando-lhe nomenclatura nacional. Antes era Conselho Federal de Educação.

"A divisão em câmaras é devido à Lei 9.131, que recriou o Conselho Nacional de Educação. Ela constituiu essa bicameralidade, o que impede, de fato, de observar a educação de uma maneira mais integrada e acabou especializando essas duas câmaras numa espécie de autismo institucional, em que as partes não falam entre si." Sugerindo discordância, ele finaliza a resposta dizendo achar que seria desejável, no futuro, ter uma maneira menos bicameralizada de deliberação.



Edson Nunes

Folha Dirigida - Qual a missão do CNE?

Edson Nunes - Nestes últimos dez anos tem sido variada. Mas sua principal missão no momento é redefinir a própria identidade. O CNE, recriado em 1996, quando houve a extinção do Conselho Federal de Educação, esteve muito próximo dos debates sobre a expansão da educação superior. Foi muito atacado como responsável pela expansão. Os ataques eram imprecisos, porque o conselho deliberou sobre a criação de cursos e faculdades com base em relatórios do MEC e feitos por nossos colegas da comunidade acadêmica.

Fiz um levantamento de todos os processos que o conselho analisou, e em cerca de 97%, 98%, ele apenas seguiu a opinião dos avaliadores que foram in loco e apenas seguiu a recomendação do MEC. No entanto, como estava muito na ponta, foi identificado como o feitor da expansão da educação superior. Mas ele apenas acompanhou os avaliadores e as recomendações do MEC. No entanto, acho que ele fez muito bem em acompanhar a política de expansão da educação superior, que ainda está longe de ser satisfatória e ainda longe de ter o tamanho necessário.

Folha Dirigida - E como o senhor vê a expansão do setor?

Edson Nunes - A expansão é vital. O Brasil tem pouca gente estudando na educação superior, seja na proporção da idade certa ou na proporção do total da população. É tão pouca gente, que os números são vergonhosos, se comparados com nossos vizinhos da América Latina. Estamos crescendo a taxas altas, mas insuficientes para o que precisamos.

Nós tínhamos que prestar atenção à educação pós-secundária e não para a educação bacharelesca. Estamos crescendo na direção dos bacharelados e estamos decuidando de outros níveis pós-secundários. Normalmente os países têm mais gente em cursos curtos, pós-secundários de um, dois anos, que em cursos de bacharelado.

Mas no Brasil há a especificidade de crescer na direção dos bacharéis. Precisamos crescer mais e o crescimento mais intenso será pela via do setor privado. Talvez precisássemos corrigir a rota e dar atenção aos cursos mais curtos.

Folha Dirigida - Por isso as novas diretrizes da Pedagogia abrem pouco espaço para os bacharéis?

Edson Nunes - A licenciatura e o bacharelado, para mim, são filhos da mesma cultura bacharelesca. As diretrizes curriculares da Pedagogia apenas refletem, assim como várias outras diretrizes curriculares de vários outros bacharelados, essa tendência do Brasil para que sejam considerados cursos superiores o que dura quatro anos. Durou quatro anos, é doutor. E estamos amarrados a isso, nas licenciaturas e nos bacharelados, e a Pedagogia é apenas mais um pouco do bacharelismo arraigado. E o curso talvez tenha ficado muito menos aplicado do que deveria ser.

Folha Dirigida - Como avalia a subdivisão do CNE em Câmaras? Como órgão normativo, não deveria observar a educação de forma mais global?

Edson Nunes - Ele é um órgão normativo e deliberativo, como você acabou de dizer. A divisão em câmaras é devido à Lei 9.131, que recriou o Conselho Nacional de Educação. Ela constituiu essa bicameralidade, o que impede, de fato, de observar a educação de uma maneira mais integrada. E acabou especializando essas duas câmaras numa espécie de autismo institucional, em que as partes não falam entre si. Acho que seria desejável que, no futuro, pudéssemos ter uma maneira menos bicameralizada de deliberação. Mas isto vai exigir uma discussão de reforma da lei.

Folha Dirigida - Como presidente, o senhor não pode propor esta discussão?

Edson Nunes - O presidente tem proposto que o conselho pleno tenha maiores funções, mas a lei manda que as câmaras deliberem autonomamente sobre matérias de sua competência. Portanto, estamos abrindo a discussão. Mas dado que é matéria legal, temos que obedecer a lei.

Folha Dirigida - O CNE tem autonomia para formular políticas?

Edson Nunes - Segundo a lei, o CNE poderia ter uma voz muito mais ativa do que tem hoje. Ele pode propor políticas sim, ele pode propor diretrizes para o MEC, como a Câmara de Educação Básica acabou de fazer obrigatória nas diretrizes do ensino médio a Filosofia e a Sociologia. Ou seja, é uma forma de propor uma política nacional. O CNE teria graus de latitude maiores, que acho que está começando a ocupar cada vez mais, à medida que o trabalho cartorial se vá.

Folha Dirigida - Metade do Conselho é indicada. Falta-lhe representatividade por isto?

Edson Nunes - Você tem, hoje, 40 entidades que indicam conselheiros. Até 50% dos conselheiros poderiam sair dessas listas. Mas, por tradição, tem-se indicado muito mais. O governo usa pouco o seu direito de nomear diretamente até 50% dos conselheiros. Mas estas indicações não fazem do conselho um órgão de representação de interesse. Acho que há um grupamento grande de parlamentares e de movimentos sociais que consideram que o conselho deveria ser um órgão representativo da sociedade.

Eu acho que isso é um equívoco, do ponto de vista teórico e do ponto de vista do que faz uma democracia funcionar. Quem representa a sociedade são as casas legislativas. Para isso tem eleição. As indicações ao conselho são feitas por entidades vinculadas ao processo educacional. E o que se espera delas, é que apontem pessoas de excepcional qualificação no meio educacional. No entanto, muitas vezes se confunde esta idéia, que está na base da lei, com uma idéia mais corporativa, de que o conselho deveria ter representantes de estudantes, de sindicalistas...

Folha Dirigida - Não deveria?

Edson Nunes - De maneira nenhuma. O Conselho Nacional de Educação, por ser nacional, é uma estrutura suprapartidária, supracorporativa, que deve ter um objetivo. Os fundamentos da educação nacional e a sua regulação e regulamentação. Órgãos de representação existem a Une, a Ubes, todos os sindicatos brasileiros, todas as confederações de representação de interesses, todos os comandos de movimentos sociais, além do Congresso. Ou seja, o Brasil vem confundindo sistematicamente representação com qualidade, representação com hierarquia. Você quer ver a consequência disso? O excesso de representação no Executivo do governo que está terminando.

O que aconteceu? Foram trazidos os movimentos sociais para dentro de um corpo do Executivo Nacional que se mostra extremamente chato para quem não é militante partidário. Não é lugar de fazer política. O governo federal é uma casa técnica, hierárquica, precisa de voz de comando e de uma enorme cooperação técnica. No entanto, o Brasil confunde a militância, em geral, com o direito da militância capturar os órgãos típicos e as instituições típicas do Brasil. E essas concepções vêm nos atrasando no debate político.

Existe uma divisão natural de trabalho institucional nas democracias modernas. Algumas entidades e organizações são de representação de interesse, outras são de execução de políticas, outras são de representação de sociedade, outras são para julgar o que é certo e errado. E estou falando o óbvio. Partidos, sindicatos, Congresso, Executivo e Judiciário. É tão banal a democracia... Ela é tão fácil de entender se você não misturar as funções.

Folha Dirigida - Até onde vai a autonomia do conselho? Ele tem autonomia na publicação de pareceres e resoluções?

Edson Nunes - O conselho está resolvendo isso, à medida que discute o seu novo regimento, e à medida que tem o apoio do Ministério da Educação para fazer isso. O CNE, hoje, só tem voz derivada. Suas decisões dependem de homologação ministerial, por causa da lei. A Lei 9.131, que criou o conselho, diz que suas decisões precisam de homologação ministerial.

Eu acho muito ruim para o ministro e para o conselho que assim seja. Mas nós estamos vendo que a lei permite alternativas. Existem várias vozes do conselho que não são derivadas da pena do ministro. Ou seja, você não poderá tratar o Conselho Nacional de Educação como verdadeiro, enquanto sua opinião depender da tinta e da caneta do ministro. Nós estamos num processo de diminuir o peso da tinta e da caneta do ministro nos pareceres e vozes do Conselho Nacional de Educação, através da reforma do seu regimento. Obviamente, como o ministro é o titular deste direito, nós precisamos contar com o entendimento dele para que haja uma delegação para que o conselho tenha, em muitas instâncias, uma voz própria. Pelo que eu entendo, acho que estamos num caminho muito bom e acho que vamos conseguir.

Folha Dirigida - O CNE tem orçamento próprio?

Edson Nunes - Tem. Ele executa um orçamento que é formulado pela unidade orçamentária do gabinete do ministro. Ele tem dotação orçamentária própria, que vem do MEC, mas é destacada para o CNE. É um orçamento pequeno, porque o conselho é um órgão barato.

Folha Dirigida - Qual o valor?

Edson Nunes - Não chega a R\$2 milhões ao ano. Exatamente porque o conselho está com falta de estrutura, falta de equipamento, falta de pessoal, falta de infra-estrutura técnica em geral, seu orçamento tem sido muito pequeno. Não é natural que um país com esse tamanho possa imaginar ter um Conselho Nacional de Educação pleno, com um orçamento desta magnitude. Este orçamento paga as passagens, porque os conselheiros moram fora de Brasília.

O ministério tem sido exemplar, com estas questões. Estamos reequipando o conselho e temos maior acesso ao prédio do Conselho Nacional de Educação, que não lhe pertence. Embora exista uma placa na porta dizendo que é o prédio do Conselho Nacional de Educação, o conselho ocupa menos da metade do prédio, que está ocupado por outras secretarias ligadas ao MEC. Estamos insistindo que a placa venha a refletir a verdade em algum espaço de tempo. Mas estamos conseguindo mais espaço.

Para você ter uma idéia de como ele foi considerado um órgão secundário, quando foi recriado. O Conselho Federal de Educação tinha assessoria técnica, tinha assessoria jurídica, assessoria de legislação e normas, os conselheiros tinham assessores para ajudar no preparo dos pareceres. E já não tinha mais nada disso até semana passada, praticamente. Nós estamos começando a recompor a base do pessoal técnico, com concursados que o MEC está transferindo ao CNE e vamos aumentar no próximo ano. Estamos completando dez anos de atividades muito precárias.

Além da atividade precária, o conselho também se acomodou quando seus pareceres passaram a ser reanalisados pelos escalões inferiores do MEC, por sua burocracia. O conselho delibera a partir de processos informados pelo MEC, mas hoje vai direto à homologação ministerial, porque nesta gestão nós fizemos com que assim acontecesse. Depois do conselho, só fala o ministro. Mas nos últimos dez anos, o processo vinha do MEC ou da Setec (Secretaria de Ensino Tecnológico), ou da Secretaria de Ensino Básico, e voltava para lá, para que técnicos analisassem o parecer do CNE, para decidir se levariam à homologação ministerial. Isso é um absurdo lógico e formal. O conselho, como órgão deliberativo, é o último a falar, antes do ministro.

Corrigimos isso, com o apoio do ministro, que também não tinha clareza que o processo era dessa natureza. É como se tivesse um outro Conselho Nacional de Educação escondido na burocracia do MEC, reavaliando o que os conselheiros, que têm mandato presidencial, falavam. Descobrimos mais de 90 pareceres perdidos nestes escaninhos do MEC. Em dois meses, já caíram para 40 e poucos. O gabinete do ministro, que agora recebe os documentos diretamente, se comprometeu, e tem cumprido a palavra, de limpar este transtorno institucional, em que se constituiu uma prática que não era clara para todos. Isso era a destruição da idéia de que o conselho é um órgão normativo e deliberativo.

Folha Dirigida - O que é ensino de qualidade para o senhor?

Edson Nunes - Ensino de qualidade seria o ensino que prepararia a pessoa para os desafios fundamentais da vida e que permitisse a compreensão de todas as contradições humanas e filosóficas que a vida oferece. E entender todos os desafios científicos e tecnológicos. Uma educação de qualidade que oferecesse linguagens fundamentais para a compreensão do mundo.

Tipo de linguagem fundamental? Tem uma que é banal, para a qual as pessoas não prestam muita atenção. O Português, por exemplo. Se as pessoas pudessem falar Português com começo, meio e fim, se pudessem fazer uma apresentação de 20 minutos com conteúdo, e se pudessem apresentar isso escrito, sem nenhum erro, já seria um grande avanço. Mas não se lê Literatura nenhuma na faculdade. A não ser quem faz Letras...

Folha Dirigida - No texto aprovado da reforma universitária, a lista triplíce foi mantida. Isto não fere a democracia?

Edson Nunes - A universidade não é pública? O governo não financia a universidade? Democracia é eleger reitor? Esse negócio de eleger reitor é igual jabuticaba; só tem no Brasil. Universidade é um local comandado por doutores ou PhDs, e não por movimento estudantil ou sindicato de trabalhadores. A universidade hoje é uma composição mista. É meio um sindicato, meio um grêmio estudantil, meio uma corporação sindical. Isto não é uma universidade. Universidade é um lugar de excelência, um lugar de mérito.

Eu acho que o que fere o exemplo de boa democracia funcionando é eleição para reitor. Reitor, o que imagino como líder máximo de uma universidade, deveria ser extraído da elite acadêmica. Que pudesse, através do exemplo e de sua qualificação, ensinar os outros. Desde quando os funcionários sabem o que deve ser ensinado na universidade? Ou desde quando os alunos sabem? Pode parecer uma opinião antipática, mas é assim que o mundo funciona.

Folha Dirigida - No resto do mundo não há eleição para reitores.

Edson Nunes - A França andou tentando essas coisas, mas não deu muito certo. Acho que pode ter consultas às comunidades, mas eleição é para deputado. A estrutura de representação é no sindicato, é no Congresso. A universidade não é uma estrutura de representação, mas de mérito. Não confundamos mérito com voto. Gostem ou não, universidade é uma estrutura hierárquica, baseada no mérito. É assim que se faz no mundo todo. Mas se tem jabuticaba aqui, porque não inventar a idéia de que você elege um reitor e está bem eleito?

A lista tríplice até me surpreendeu, porque ela garante a possibilidade de que o governo possa ter alguma coisa a dizer sobre a qualificação daqueles que vão comandar a universidade. Isso é uma invenção muito brasileira e não tem perigo de dar certo.

Folha Dirigida - A inadimplência no setor educacional privado continua alta. Qual sua leitura sobre a Lei 9.870, que ficou conhecida como Lei do Calote?

Edson Nunes - Esta lei terá que ser revista a qualquer momento. É uma lei envergonhada, já que o governo não conseguiu oferecer escola pública para todos. Acho que tem um defeito lógico na concepção da lei. Se o governo decidiu que a educação ia crescer pela via do setor privado, principalmente na educação superior, era preciso que o Estado se abstivesse da relação contratual entre pais e alunos. Isso mostra a vergonha que o Executivo sofre, por não poder oferecer educação para todos. O ideal é que estudasse no setor privado quem quisesse ir para lá. Mas no Brasil, estuda no setor privado quem é empurrado para lá. Essa lei, do ponto de vista lógico não faz sentido. Mas do ponto de vista político é perfeitamente compreensível.

Folha Dirigida - É uma utopia supor que, no Rio de Janeiro, os recursos da Uerj estejam vinculados à arrecadação dos impostos, como em São Paulo?

Edson Nunes - São Paulo resolveu isso. Não é utopia imaginar que algum volume de recursos possa estar vinculado aos impostos.

Folha Dirigida - O senhor acha que os professores, organizados, podem fazer valer esta proposta?

Edson Nunes - Acho que não. Acho que esta questão é de concepção de uma elite política, que deveria existir no estado do Rio de Janeiro, mas não existe. Você tem que observar que o Rio é um estado fracionado. Ou seja, no Rio inteligência, pesquisadores, políticas e indústria muito mal se falam. É um composto desintegrado. A inteligência se afastou da política fluminense há muito tempo. As elites fluminenses mais conseqüentes, produtivas, também se afastaram. O estado do Rio foi capturado por aquilo que existia de pior na política brasileira, que é a mistura do coronelismo urbano com clientelismo à moda antiga. Isso afastou da política grande parte das pessoas mais conseqüentes. E eu te diria: grande parte das pessoas de bem do estado. O que elas querem é passar longe das instituições políticas fluminenses.

Folha Dirigida - Avaliação. Seus processos servem para punir ou aprimorar?

Edson Nunes - O processo de avaliação vem se depurando nos últimos quatro anos. Em geral a avaliação no Brasil foi percebida como uma prima da punição. Acho que devagarinho vai se fazendo a diferença entre avaliação e supervisão, entre avaliação e verificação. Avaliação, de fato, serve para aprimorar, não para punir. No entanto, existem obrigações governamentais de acompanhar a qualidade, de supervisionar e verificar, que podem ter um parentesco com eventuais punições. O processo de avaliação deve ser voltado para a melhoria e para a vida futura das instituições.

Folha Dirigida - O que destaca nas Diretrizes Curriculares Nacionais propostas para o ensino médio pelo CNE?

Edson Nunes - Eu destacaria a questão da Filosofia e da Sociologia como matérias obrigatórias como um passo importante. Mas um passo muito controverso. Eu tenho cá minhas dúvidas de que um país da magnitude do Brasil possa conviver tranqüilamente com Diretrizes Curriculares Nacionais, a não ser para o ensino básico e fundamental. Para o ensino superior, acho que este é um problema complicado. O país precisa de alguma diversidade, às vezes.

Folha Dirigida - O Brasil precisa, também, de professores. A Educação a Distância pode resolver este problema?

Edson Nunes - Parcialmente. A Educação a Distância é muito nova no Brasil, muito incipiente. Os exemplos mais consolidados são os mais tradicionais, menos tecnológicos.

Folha Dirigida - O senhor fala do rádio e da TV, que já têm uma tradição em veicular educação?

Edson Nunes - E muito papel, muita apostila e muita visita de professores nos momentos presenciais. O ensino a distância dificilmente resolveria a formação de professores. A formação de professores vai exigir um esforço especial, uma discussão especial sobre que professores queremos formar. E isso nem vai muito longe se não definirmos uma estrutura salarial adequada para eles. Os pedagogos têm a estrutura salarial mais baixa do que todos os egressos da educação superior no Brasil. Isso dá uma idéia do quadro em que se vive.

Folha Dirigida - O CNE chegou a alguma conclusão sobre a exigência de tempo integral para professores de instituições particulares? As particulares não têm autonomia nos acordos trabalhistas?

Edson Nunes - Estamos perto de fazer esta discussão e a questão é exatamente esta. Você tem uma definição muito clara do tempo integral e do regime de dedicação exclusiva para o setor público. Principalmente porque o setor público federal, que tem um patrão só e regime de contratação de pessoal isonômico no Brasil inteiro. Tem um Regime Jurídico Único, que administra a vida dos docentes.

O setor privado tem uma série de complicações. Os estados têm dissídios coletivos separados e, muitas vezes, também os municípios. Portanto, o contrato de trabalho e o regime de dedicação integral no setor privado são muito mais complicados que no setor público. Não só por causa do regime federativo, como também por causa da definição do Plano de Carreira das respectivas entidades. A coisa se torna complicada no setor privado ao precisar ter 1/3 de docentes em expediente integral.

Folha Dirigida - No Brasil, independentemente dos programas de governo, ainda há 15,7 milhões de analfabetos. Acredita que um só governo poderá pôr fim a isto? O que sugere? Investimentos ou mudança na metodologia de ensino?

Edson Nunes - Um governo sozinho e muito menos a educação de jovens e adultos vão pôr fim neste problema. Você continua colocando no mercado analfabetos funcionais todo ano. Analfabetos que passaram pela escola. As pessoas lêem, mas não entendem o que lêem. Nós continuamos produzindo analfabetos funcionais. Mudança no volume de ensino, com certeza. A metodologia de ensino é outro desses mitos que apareceram no Brasil agora. Há poucos dias numa discussão sobre isto, mas na Inglaterra, as pessoas disseram que lá é a mesma coisa. Só que lá combina-se o que há de melhor. Nós precisamos é melhorar a qualidade do nosso ensino. E de baixo para cima, é claro.

Folha Dirigida - O presidente Lula disse que, se reeleito, fará com que os investimentos cheguem a 6% do PIB. Hoje o percentual é de 4,2%. Acredita que este projeto passe sem resistência pela equipe econômica?

Edson Nunes - Eu espero que passe, porque a impressão que tenho é que a equipe econômica terá que se comprometer com isso. A idéia que o Brasil já gasta o suficiente em educação, comparado com países do primeiro mundo, é uma idéia certa do ponto de vista quantitativo. Mas errada do ponto de vista per capita. O Brasil gasta proporcionalmente um volume razoável com educação. Mas quando olhamos quanto ele gasta por pessoa, vemos que o Brasil gasta muito pouco. Nós precisamos aumentar o volume dedicado à educação. E 6% já seria um bom número.

Folha Dirigida - Para encerrar, uma pergunta de vestibular. O vestibular está acabando?

Edson Nunes - No setor público, eu acho que ainda dura um pouco. No setor privado já é um regime em extinção. Os alunos fazem cada vez mais o Enem, e as faculdades usam as notas do Enem. Por outro lado, as faculdades já fazem convênios com as escolas, de forma que aplicam a prova ao longo do segundo ano do ensino médio. Tem vários locais que têm programas de acesso direto ou programa de acesso seriado à universidade. O vestibular está caindo em desuso no setor privado.